

Fábio Luiz Cabral¹¹Instituto Federal de São Paulo - Câmpus Barretos

O pensamento de Celso Furtado e o papel do Estado como agente do desenvolvimento: análise das realizações do segundo governo Lula (2007-2010)

Celso Furtado's thought and the role of the State as an agent of development: analysis of the achievements of the second Lula government (2007-2010)

Resumo. O presente artigo tem como objetivo analisar as realizações estatais do segundo governo Lula (2007-2010), por acreditarmos que foi previamente estabelecido como um governo que buscou o desenvolvimento fora das perspectivas do velho desenvolvimento dependente associado e, por assim dizer, acreditamos na importância de tecermos um paralelo ao efetuarmos releitura das obras seminais de Celso Furtado desenvolvidas em sua terceira fase de pensamento, qual seja, fase em que o mesmo faz um regresso ao passado enquanto ajuste de contas com a memória (a sua) e a todo arcabouço teórico desenvolvido pelos desenvolvimentistas, como meio de demonstrar o resultado de uma teoria que sempre almejou um ajuste de contas com o passado de estruturas anacrônicas econômicas e políticas e que entravavam a passagem para o desenvolvimento no Brasil. **Palavras-chave:** Pensamento político brasileiro, teoria do desenvolvimento, desenvolvimento associado e dependente, Novo-desenvolvimentismo, Justiça Social, Equidade.

Abstract. This article aims to analyze the state achievements of the second Lula government (2007-2010), because we believe that it was previously established as a government that sought development outside the perspectives of the old associated dependent development and, as it were, we believe on the importance of making a parallel when re-reading Celso Furtado's seminal works developed in his third phase of thought, that is, the phase in which he makes a return to the past while reckoning with memory (his) and the whole theoretical framework developed by developmentalists, as a means of demonstrating the result of a theory that has always aimed at reckoning with the past of anachronistic economic and political structures and that hampered the passage to development in Brazil. **Keywords:** Brazilian political thought, development theory, associated and dependent development, New developmentalism, Social Justice, Equity.

Introdução - O pensamento de Celso Furtado e o papel do Estado como agente do desenvolvimento.

Ao analisarmos a produção intelectual de Celso Furtado podemos perceber que em toda a sua trajetória há a ideia de um projeto para o Brasil e, que por sua vez, suas teorias, conseguiram unir elementos fundamentais que contemplaram tanto teoria e projeto, diante o reconhecimento da realidade e a necessidade histórica do Brasil à superação do atraso e do subdesenvolvimento.

Furtado percebeu, como poucos teóricos de sua época, momentos históricos de inflexão (fazemos referência ao advento do Golpe de 1964¹) que se contornaram e esboçaram na

¹¹ Todas as informações observadas, no que se diz respeito às observações de Furtado, quanto às alterações sociais e ao desenvolvimento, como alternativa de modernização das estruturas nacionais, podem ser vistos em *A economia*

estrutura do país, por isto, a existência de uma proposta teórica à ruptura, não apenas do subdesenvolvimento, mas dos setores anacrônicos na economia, política e sociedade, com o enriquecimento da democracia e de justiça social no Brasil (DRAIBE 1985, CEPÊDA 1998).

Celso Furtado privilegiou em sua tese duas perspectivas inapeláveis ao incorporar novas tendências e contribuições do debate intelectual mundial ao mesmo tempo em que se manteve em um campo de reflexão do pensamento social brasileiro, adequando teoria em projeto de modernização e desenvolvimento nacional frente ao antagonismo latente das nações desenvolvidas e subdesenvolvidas.

Por isto, teoria e projeto furtadiano são resultados do estruturalismo e da análise teórico-institucional do autor, acerca do subdesenvolvimento da América Latina e, em especial do subdesenvolvimento brasileiro. Nesse sentido, quando referimos à teoria e ao projeto furtadiano, estamos nos reportando a uma:

“... situação exponencial da obra de Furtado [que] ampara-se na combinação feliz de três aspectos: o método, o problema e a proposição. Descrito em vários estudos sobre o conjunto da obra desse autor o método se caracterizaria pela heterodoxia ou ecletismo intelectual: abordagem combinada de distintas dimensões sociais (economia, cultura, sociologia, história) e utilização de conceitos deslocados de várias correntes intelectuais (o estruturalismo marxista, a economia do lado da demanda e o regulacionismo keynesiano, a economia nacional de List, o papel das reformas institucionais, o historicismo). Olhado nesse ângulo as concepções furtadianas ficam fragilizadas porque aparentemente em nome de uma necessidade de compreender um objeto singular historicamente o autor recorresse a “estratagemas” que resultassem, ao final, numa perspectiva caleidoscópica da realidade. O centro dessa questão poderia ser o do improviso ou da excessiva criatividade teórica. Proponho ao contrário de uma leitura do método furtadiano como heteróclito na fina adesão de Furtado ao método da Sociologia do Conhecimento proposto por Karl Mannheim.” (CEPÊDA, 2010, p. 751)

Assim, a obra de Furtado está alicerçada na combinação de três aspectos: método, o problema e a proposição. Dessa forma, chamamos à atenção, inerente à obra de Furtado, de que é nítida a ideia da necessidade de que fossem criadas dentro do aparelho burocrático do Estado os mecanismos necessários para o desenvolvimento industrial, via de regra, autônomo, que desde o advento das transformações de economia pautada no modelo agrário exportador, para o modelo industrial de desenvolvimento, o que de mais importante deveria ser feito para que o país superasse o “atraso” inerente ao capitalismo tardio seria, necessariamente, o papel do Estado, como agente de superação da desigualdade diante da relação estabelecida entre centro-periferia.

Destarte, Furtado observa a “existência de obstrução na maturação dos processos de produção e de modernização nos países retardatários”, processo segundo o qual, “a via da industrialização não surge ou não se conclui, em grande medida como resultado da posição desigual das economias mais e menos avançadas no circuito das trocas internacionais” (CEPÊDA, 2012, p.12).

Finalmente, no caso brasileiro seria:

“... necessário ter em conta que, tratando-se de uma industrialização substitutiva de importações, os investimentos se vinham fazendo em função de uma demanda

brasileira (1954), Perspectivas da Economia Brasileira (1958), A pré-revolução brasileira (1962) e Dialética do Desenvolvimento (1964).

preexistente, mesmo que esta se apresentasse em estado de virtual, em razão das restrições impostas às importações”. (FURTADO, 1968, p. 29)

A industrialização, segundo Furtado, deveria ser conduzida pelo Estado, com projeção ao desenvolvimento autossustentado, mas que por sua vez, poderia perder todo seu dinamismo, caso houvesse impropriedade diante o que “faltava à economia brasileira um mínimo de autonomia para se desenvolver sem o concurso da importação de bens de capital” (BRESSER-PEREIRA, 1972, p. 42) mesmo tendo criado órgãos e, corpo de técnico-burocrata para essa finalidade (FURTADO, 1968) nos decênios de 1950 a 1960.

No entanto, órgãos e corpos de técnico-burocrata, incumbidos de pensar a economia diante de colapsos globais, não projetaram sobre o futuro o imprescindível, “mais uma vez, a assimilação do progresso técnico” era “reflexo da ação de outros fatores dinâmicos” e “não a causa primária do desenvolvimento” do desenvolvimento brasileiro (FURTADO, 1968, p. 30).

Furtado chamava à atenção, para a construção de um parque industrial no Brasil e, para a construção deste parque deveria ser projetado sobre ele assimilações técnicas para equação de problemas futuros e para minimizar a competição com outros mercados internacionais, como fora em todo o período denominado de bipolarização mundial pós 2ª Guerra, observadas por Celso Furtado como o “divisor de águas” entre desenvolvimento e subdesenvolvimento².

Vale ressaltar que Furtado não dispensava atenções sobre o “[...] real crescimento e desenvolvimento econômico de base industrial” que ocorrera no país, mas entendia que deveriam ser projetadas sobre ela, atenções importantes, como “[...] proteção, planificação e incentivo do Estado em relação ao setor industrial; geração de políticas econômicas que estimulasse mudanças de hábitos de consumo” (CEPÊDA, 2001, p. 173) para as décadas futuras. Tais medidas seriam imprescindíveis à superação da arcaica ocupação fundiária e uma resposta a urgente alteração na distribuição de renda como forma de aquecimento e de expansão do mercado interno no país, bem como na diminuição das desigualdades regionais, entre outros itens (CEPÊDA, 2001, DRAIBE 1985, DINIZ 1981, SALLUM Jr. 1996).

Assim, este artigo tem como objetivo, demonstrar que o papel do Estado enquanto agente institucional e instituinte do desenvolvimento autônomo em relação ao capital internacional, no contexto de inflexão das políticas neoliberais pós-crise de 2008 e no estabelecimento de relações entre as nações do sul (G-20), foram realizações estatais do segundo governo Lula (2007-2010), previamente estabelecido como um governo que buscou o desenvolvimento fora da perspectiva do velho desenvolvimento dependente associado³.

² Os acontecimentos gerados pelo primeiro período da Revolução Industrial Brasileira e as críticas projetadas a ele podem ser vistas em FURTADO, C. A Economia brasileira. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.

³ Ao tratarmos sobre o termo desenvolvimento associado e dependente, faremos, ao longo das nossas pesquisas, análises minuciosas sobre as três principais correntes da teoria em questão, para estabelecermos um paralelo com a proposta de nossa tese. Para tanto, foram estudadas, para realização deste trabalho, as obras de CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina. (1970); BAMBIRRA, Vânia. *El capitalismo dependiente latinoamericano* (1972); MARINI, R. M. América latina: dependência e integração (1992); *Dialéctica de la dependencia*. (1973); *Subdesarrollo y Revolución*. (1969); PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas (1949); SUNKEL, O. *Política nacional de desarrollo y dependencia externa*. (1969); Furtado, Celso. *Dialéctica do Desenvolvimento* (1964).

E, é a partir da releitura das obras seminais de Celso Furtado desenvolvidas na década de 1980, denominadas era das reminiscências⁴, em que Furtado “organizou seu passado e ajustou as contas com a memória, a sua e da geração desenvolvimentista” (CEPÊDA, 2001, p. 169), que pudemos entender, as ações políticas deste governo, que se concretizaram em desenvolvimento autônomo do país.

Desta forma, se faz presente justificarmos o pensamento de Celso Furtado, no que diz respeito a estratégia a ser implementada, para garantia de crescimento econômico, qual seja, a implementação da distribuição de renda, inclusão social, o que condicionaria, por sua vez, na melhoria generalizada das condições de vida aos brasileiros, fatores estes, estabelecidos, no segundo governo Lula, marco característico do novo-desenvolvimentismo que combina políticas de crescimento com políticas de distribuição de renda (Sicsú et al., 2009; Sicsú & Castelar, 2009).

Assim, podemos perceber a seguintes ações do segundo governo Lula, tais como 1- a retomada da participação do Estado na condução do processo econômico (planejando, investindo diretamente ou através das empresas estatais e induzindo investimentos do setor privado); 2- ampliação da oferta de crédito e a política de aumentos reais do salário mínimo e a política social (em especial o Bolsa-Família); e 3- a reorientação da política externa, em particular a política de comércio exterior, que permitiu a ampliação e diversificação (destino e natureza dos produtos) das exportações brasileiras, que proporcionaram uma significativa melhora na distribuição de renda e com isso uma maior participação do mercado interno no crescimento econômico do Brasil.

Ressaltamos que este “novo momento” brasileiro teria sido causado, fundamentalmente, pelos resultados da nova política econômica adotada, que, adicionalmente, também expressou uma redefinição do modelo econômico anterior e que corroborariam à perspectiva exposta por Furtado, de desenvolvimento autônomo mediante ações do Estado nacional e internacionalmente, como o fortalecimento das relações com outros países emergentes, em detrimento à tradicional subordinação norte-americana e europeia, vista em outros governos. Fazemos referência aos governos pós-ditadura, como os governos de Fernando Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1995) e Fernando Henrique Cardoso (1995-1999), que aos poucos introduziram a política neoliberal, como alternativa ideologia e, que, por sua vez, se tornaria dominante entre os setores do capital, dos partidos políticos conservadores e do centro do espectro político, da grande imprensa brasileira e mesmo de setores significativos do pequeno e médio empresariado, bem como, de parcela significativa dos movimentos organizados dos trabalhadores identificada com a Força Sindical (WEFFORT, 1992).

Se por um lado, a política neoliberal ganharia terreno, mesmo que com certa timidez, com o governo Collor, por sua vez, com o processo de impeachment, sobre este presidente, referida política não se perderia com o mesmo, pelo contrário, ganhou forças, com seu vice-presidente, Itamar Franco e com o Plano Real, que abriu caminho para os dois mandatos de FHC (WEFFORT, 1992).

Estabelecendo um paralelo com nossa proposta neste artigo, cumpre salientarmos, que no pleito eleitoral de 1994, foram apresentados dois projetos ao eleitorado brasileiro. Em primeiro lugar, o de Luiz Inácio Lula da Silva, que tinha como meta, a ampliação do mercado

⁴ Para maiores reflexões Sobre a descrição das fases ou momentos da obra de Furtado conferir CEPÊDA (1998), MALLORQUIM (2005), VIEIRA (2007).

interno para fazer agregar ao consumo a enorme massa de excluídos da nação, bem como, no processo que ampliaria a democracia do campo da política para os campos social, econômico e cultural e a presença do Estado em setores fundamentais historicamente esquecidos no país. Em contrapartida, FHC, era a continuidade do projeto neoliberal, dos resultados do Plano Real e, por tais motivos, contou com o apoio dos partidos e setores conservadores da sociedade (WEFFORT, 1992).

Desta forma, aqui se faz o interesse em destacar a importância das obras de Furtado e que é compreendido por este trabalho, como o resultado da teoria do subdesenvolvimento, que sempre almejou um ajuste de contas com o passado de estruturas anacrônicas econômicas e políticas e que entravavam a passagem para o desenvolvimentismo no Brasil, ou, em outras palavras, por não pesar que:

“... o desenvolvimento se faz com base em um voluntarismo refletido e responsável, baseado numa análise realista das potencialidades do país confrontadas com os valores, os anseios da população e o balanço do poder, dando lugar a um exercício de fantasia organizada⁵.” (SACHS, p. 45, 2001)

Por estas razões, que a teoria de Furtado carregava consigo propostas ao desenvolvimento, fora das limitações estruturais do subdesenvolvimento e, sem sacrificar os direitos básicos sociais e políticos da população, ou ainda, distanciar a democracia da população. Por isto, acreditamos na em um paralelo, mesmo que inconsciente, da teoria furtadiana e o segundo mandato do governo Lula, porque na perspectiva furtadiana há a possibilidade iminente de desenvolvimento autônomo mediante ações do Estado nacional e internacionalmente, como o fortalecimento das relações com outros países emergentes, em detrimento à tradicional subordinação dos denominados centros econômico e de poder, justificando a ampliação do mercado interno, agregando a grande massa de excluídos ao consumo, bem como, no processo de democracia do campo da política para os campos social, econômico e cultural e a presença do Estado em setores fundamentais historicamente esquecidos no país.

O Segundo Governo Lula (2007-2010) e as relações com a teoria furtadiana.

Quando falamos no segundo governo Lula⁶, iremos estabelecer uma comparação, com as obras seminais de Celso Furtado desenvolvidas na década de 1980, no tocante ao papel do Estado enquanto agente institucional e instituinte do desenvolvimento autônomo em relação ao capital internacional, para esboçarmos um diagnóstico das realizações estatais do segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010), que segundo o qual, acreditamos que há, entre teoria e as ações políticas deste governo, novo-desenvolvimentismo autônomo antagônico às demais presidências da história do Brasil.

Previamente estabelecido como um governo, que buscou o desenvolvimento fora da perspectiva do desenvolvimento dependente associado, partimos da hipótese, para elaboração

⁵ Título do primeiro volume da autobiografia de Celso Furtado de 1985.

⁶ Cumpre destacar, que não iremos fazer menção ao primeiro mandato do presidente Lula, porque não faz parte do nosso objeto de doutoramento e, por escolhermos este cenário, como recorte metodológico, para nos atermos em seu segundo mandato, pois é nele que acreditamos haver o processo de desenvolvimentismo autônomo e fora da perspectiva do desenvolvimento dependente associado.

deste artigo, de que suas ações corroborariam a perspectiva exposta por Furtado, de desenvolvimento autônomo mediante ações do Estado nacional e internacionalmente, como o fortalecimento das relações com outros países emergentes, em detrimento à tradicional subordinação norte americano e europeu, vista em outros governos.

Cumpram ressaltar, que ambos estão em períodos diferentes da história, mas suas ações nos chamam atenção, pois estabeleceram um marco, pela primeira vez na história da nação, de que o Estado teve seu papel autônomo, tal qual, o epicentro das obras de Furtado,

O início da década de 1990 no Brasil foi marcado por fortes contradições e desafios centrados em um regime de hiperinflação e de incertezas quanto à condução política de combate à redução da inflação no país. Assim, a forma encontrada para poder equalizar o problema estaria pautada no processo de acumulação de capital subjugado para uma nova etapa do capitalismo global, qual seja, pelo processo neoliberal (FIORI, 1997) fatores característicos do velho desenvolvimentismo (CEPEDA, 2014).

Nesse novo processo subjugado de acumulação de capital ao capitalismo mundial:

“... FHC é que foi concebido para viabilizar no Brasil a coalisão de poder capaz de dar sustentação e permanência ao programa de estabilização do FMI, e viabilidade política ao que falta ser feito das reformas preconizadas pelo Banco Mundial.” (FIORI, 1997, p.14)

É sabido que o Brasil foi apresentado às políticas neoliberais a partir do governo de Fernando Collor, mas somente com a implementação do Plano Real, no governo de Itamar Franco, e primordialmente, no governo de Fernando Henrique Cardoso, que referida ideologia teria o seu lugar no país (FIORI, 1997).

O que houve no Brasil, ano após ano, após adoção desta política foi o sacrifício dos direitos básicos, sociais e políticos de grande parte da população, ao negar padrões de regulação negociados entre agentes coletivos, tais como os sindicatos, os partidos e o Estado, por meio de processos de flexibilização das relações de trabalho, do aumento do desemprego estrutural existentes no país.

Nesse contexto, o que se observou foi o desmantelamento da ação estatal, o abandono de qualquer projeto nacional de crescimento e desenvolvimento a partir do Estado substituído pela lógica do mercado (CEPEDA, 2014; FIORI, 1997).

Por décadas, as obras seminais de Celso Furtado, foram indiscutivelmente importantes, para manutenção de debates a respeito da teoria do nacional desenvolvimentismo, pela modernização do subdesenvolvimento. Mas, a década de 1990, marcou o abandono do nacional desenvolvimentismo, pelo debate que vinha emergindo desde a década de 1970, outrora formuladas por intelectuais, tais como, André Gunder Frank (1966), Ruy Mauro Marini (1969) e Vania Bambirra (1972) e, referidas teorias, embora analiticamente marxistas, iam justamente ao sentido oposto ao do nacional desenvolvimentismo de Furtado, bem como, ao proposto pela CEPAL (A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), sendo decisivas na formulação da obra de FHC “Teoria da Dependência” (FIORI, 1997, BOITO JR, 1999) e que ganharam na década de 1990 seu lugar e, especificamente em seus dois mandatos presidenciais (1994-1998 e 1998-2002)⁷.

⁷ Todas estas reflexões podem ser vistas na obra de José L Luiz Fiori, em que o autor parece fazer uma previsão do colapso da adoção neoliberal no Brasil, para as décadas futuras, bem como, sobre as asperezas do total abandono de

Sua tese baseava-se, na necessidade de liberdade das travas corporativas e estabilidade monetária, que freavam o surgimento de um empresariado dinâmico no país, o que de fato lhe favoreceu, no momento em que cria o Plano Real, nos dois últimos anos de governo de Itamar Franco, à eleição presidencial na década de 1990, justificando, assim, a necessidade de combate a inflação, através do processo de dolarização da economia e valorização da moeda nacional, face a necessidade intrínseca de ajuste fiscal (CEPEDA, 2014; FIORI, 1997, BOITO JR, 1999).

Este processo acabou desencadeando no Brasil, uma profunda dependência, ao invés de se desvincular das desamarras das dependências centro-periferia, pois suas teorias não passavam de um plano único de reajuste econômico das economias da América Latina, preconizados no Consenso de Washington⁸ e chanceladas pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (CEPEDA, 2014; FIORI, 1997).

Desta forma, chamamos a atenção à teoria de Furtado que sempre contemplou propostas ao desenvolvimento desamarrado às limitações estruturais do subdesenvolvimento e, sem que para isto se sacrificassem os direitos básicos sociais e políticos da população, ou ainda, gerando o distanciamento da democracia da população.

Quando sugerimos uma releitura das obras de Celso Furtado na formulação deste artigo, sugerimos, principalmente as obras desenvolvidas na década de 1980, obras estas em que o pensador percebe o papel do Estado enquanto agente institucional e instituinte do desenvolvimento autônomo, em relação ao capital internacional, para formação de uma Nação, que contemplasse a justiça social aos brasileiros.

Furtado é um teórico que convergia para uma análise multifacetada do desenvolvimento, rompendo para além das determinações econômicas (cf. SUNKEL 1969, BIELSCHOWSKY, 2004, RODRÍGUEZ, 1981), ou seja, é intrínseco na obra furtadiana a relação entre desenvolvimento e democracia, permitindo uma similitude entre um desenvolvimento que incluísse o desenvolvimento social, político e econômico do Brasil (OLIVEIRA 1983, 2009, CEPÊDA 1998, MALLORQUÍN 2004, BIELSCHOWSKY 2004, VIEIRA 2006, VIEIRA 2010).

O pensamento de Celso Furtado somente se tornaria possível com base na construção de uma teoria do subdesenvolvimento, pautada na correspondência de análises históricas da realidade da América Latina e Brasil, empreendidos pelo teórico à superação do atraso e do subdesenvolvimentismo característico de nações de vocação agrária colonial (PAULANI 2001, VIEIRA 2006, CARDOSO 2009, CEPÊDA 2010).

Sendo assim, as obras que foram utilizadas neste artigo, para efeito de análise ao segundo governo Lula foram aquelas em que Furtado organizou seu passado e ajustou as contas com a memória, a sua e da geração desenvolvimentistas.

Na obra “A nova dependência, dívida externa e monetarismo” (1982), Furtado analisou o processo de transnacionalização econômica e financeira que estava se vinculando ao processo monetário às nações periféricas do capitalismo e que o imperialismo norte-americano às estava

políticas voltadas ao nacionalismo econômico, mesmo que o autor tenha ou não aproximações com a obra furtadiana. FIORI, José Luiz: O vó da coruja: uma leitura não liberal da crise do Estado Desenvolvimentista. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.

⁸ A respeito das discussões previamente estabelecidas pelo Consenso de Washington há uma vasta produção acadêmica pertinente ao tema. Para maiores reflexões sobre o assunto ver (FIORI, 1997, BOITO JR, 1999).

impondo. Este novo processo de regionalização da economia passaria a se denominar, como um novo modelo internacional de dependência, denominado de globalização (FURTADO, 1982).

Desta forma, a década de 1980 foi levada, segundo a teoria furtadiana:

“[...] à uma situação limite de total ocupação do aparelho produtivo público e privado, dos mercados e das finanças, provocando crises locais jamais conhecidas e, por razões decorrentes da sua própria estrutura global, ao colapso do sistema financeiro anunciado nos elos mais fracos do sistema: Sudeste asiático, Leste europeu e América Latina, notadamente México, Brasil e Argentina, que mais avançaram na industrialização internacionalizada.” (MACHADO, 1999, p. 2010)

Não obstante, esta nova forma de industrialização internacionalizada levou ao desenvolvimento das economias da América Latina, em especial, ao desenvolvimento do Brasil, mas este processo detinha uma problemática, a saber “[...] restringiu-se a setores e áreas privilegiadas da economia nacional, mercê de novas tecnologias, de maneira a não integrá-la, mas, ao contrário, agravando os desníveis regionais” (MACHADO, 1999, p. 2011).

Desta forma, toda a produção de bens de capital urgentemente requisitada para o reequipamento industrial ficaria “[...] incompleta uma vez que o alvo das corporações multinacionais, operando com subsídios especiais, era o mercado conspícuo, de luxo, a exemplo da indústria automotiva, limitado a reduzida parcela populacional” (MACHADO, 1999, p. 2011).

Segundo Celso Furtado, dois pontos seriam imprescindíveis para que o país pudesse promover estratégias a esta nova situação de crise e dependência, qual seja:

“[...] a primeira diz respeito à necessidade de que o Brasil assumira iniciativas internacionais visando a encontrar uma solução mais ampla ao problema do endividamento progressivo dos países do Terceiro Mundo. Essa solução terá de ser compatível com a continuidade do desenvolvimento desses países e deverá favorecer a retomada da expansão do comércio internacional. O segundo ponto é que não há política de desenvolvimento se a ação do Estado não se orienta de forma prioritária para a solução dos problemas sociais. Subordinar a política econômica à administração da dívida externa é grave. Mas não o é menos subordinar a solução dos mais urgentes problemas de uma sociedade à lógica de um crescimento econômico que não distingue entre o supérfluo e o essencial.” (FURTADO, 1982, p. 20)

Furtado percebia que a dívida externa que o Brasil estava adquirindo com este novo modelo de industrialização fazia intensificar o processo de transnacionalização do sistema econômico brasileiro, onde toda a gênese da crise da dívida do país estava vinculada com a situação do sistema bancário nacional, vinculados ao sistema financeiro internacional (FURTADO, 1983).

Assim, a internacionalização da economia do Brasil (e também de toda a América Latina) fez com que o Estado perdesse a autonomia da tomada de decisões e as recuperações dos instrumentos da ação da política econômica se distanciavam ainda mais, para que fossem recuperados os instrumentos de ação política econômica da nação (FURTADO, 1982; 1983)⁹.

No interior da análise de Furtado, as possibilidades de avanço e desenvolvimentismo brasileiras se dariam com a superação da “[...] modernização dependente [que] fez com que a

⁹ Não obstante, outro fator imprescindível seria o de libertar o país da tutela do Fundo Monetário Internacional (FMI) e que o Estado deveria enfrentar (FURTADO, 1982).

ruptura da síntese barroca conduzi-se a padrões de comportamento imitativos; a um crescente bovarismo e não a novo processo cultural criativo” (Furtado, 1984, p. 23).

Desta forma, ainda segundo Furtado, “[...] o que se tem em vista é descobrir o caminho da criatividade ao nível dos fins, lançando mão dos recursos da tecnologia moderna na medida em que isso seja compatível com a preservação da autonomia na definição desses fins” (Furtado, 1984, p. 118).

Por estas razões que a teoria furtadiana sugeria dois objetivos fundamentais à superação da crise no Brasil, quais sejam que “a coletivização visava [...] destruir as bases das estruturas tradicionais de poder e substituir a lógica dos mercados por uma racionalidade mais abrangente, voltada para a consecução do desenvolvimento” (Furtado, 1984, p. 119).

Assim, a solução desse problema seria de natureza política e exigiria que parte do excedente fosse “[...] deliberadamente canalizado para modificar o perfil de distribuição da renda, de forma que o conjunto da população pudesse satisfazer suas necessidades básicas de alimentação, saúde, moradia, educação, etc.” (Furtado, 1984, p. 21).

Ainda assim, segundo Furtado, “um certo número de condições devem ser cumpridas pelo país de economia periférica que pretenda avançar pelo caminho da endogeneidade em seu desenvolvimento” (Furtado, 1984, p. 124), com destaque para:

“[...] estruturas de poder que evitem a canalização do essencial do excedente para o processo de modernização [...]. certo grau de descentralização das estruturas econômicas requerido para a adoção de um sistema de incentivos capaz de assegurar o uso do potencial produtivo; [...] estruturas sociais que abram espaço à criatividade num amplo horizonte cultural e gerem forças produtivas preventivas e corretivas dos processos de excessiva concentração de poder (grifos nossos).” (Furtado, 1984, p. 124)

E é, nas obras de Furtado, que em comparação, ao posicionamento do segundo mandato do governo Lula, que podemos perceber possibilidade iminente de desenvolvimento autônomo mediante ações do Estado nacional e internacionalmente, com o fortalecimento das relações com outros países emergentes, em detrimento à tradicional subordinação dos denominados centros econômico e de poder, justificando a ampliação do mercado interno, agregando a grande massa de excluídos ao consumo, bem como no processo de democracia do campo da política para os campos social, econômico e cultural e a presença do Estado em setores fundamentais historicamente esquecidos no país, intrínsecos, tanto na obra de Furtado, como no governo de Lula.

Considerações Finais

Almejamos demonstrar que teoria furtadiana e o segundo governo Lula são a expressão de que a fórmula do velho desenvolvimentismo, sintetizada na ideia de “crescer primeiro para distribuir depois” (CEPÊDA, 2014) não é acidental, mas uma metáfora exemplar do compromisso e custos sociais necessários no projeto de desenvolvimento (CEPÊDA, 2014), pois o novo-desenvolvimentismo, amplamente antagônico ao velho, “apoia-se no processo de inclusão social, colocando redistribuição e equidade em posição prioritária”, ou seja, “apoia-se no diagnóstico da exclusão social como eixo do problema atual (cf. Albuquerque, 2011; Pochmann, 2010)”.

O segundo governo de Luís Inácio da Silva, previamente estabelecido como um governo que buscou o desenvolvimento fora da perspectiva do desenvolvimento dependente associado, promoveu as seguintes condições 1- a retomada da participação do Estado na condução do processo econômico (planejando, investindo diretamente ou através das empresas estatais e induzindo investimentos do setor privado); 2- ampliação da oferta de crédito e a política de aumentos reais do salário mínimo e a política social (em especial o Bolsa-Família); e 3- a reorientação da política externa, em particular a política de comércio exterior, que permitiu a ampliação e diversificação (destino e natureza dos produtos) das exportações brasileiras, proporcionando melhora na distribuição de renda e com isso uma maior participação do mercado interno no crescimento econômico do Brasil. Processo segundo o qual fizeram parte dos resultados de uma nova política econômica adotada, expressando também, uma redefinição do modelo econômico anterior e que corroborariam à perspectiva exposta por Furtado, de desenvolvimento autônomo mediante ações do Estado nacional e internacionalmente.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, R. C. O desenvolvimento social do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

ALMOND, Gabriel e VERBA, Sidney. The civic culture. Political attitudes and democracy in five nations. Princeton: Princeton University Press, 1963.

ARCEO, E. El impacto de la globalización en la periferia y las nuevas y viejas formas de la dependencia en América Latina. (mimeo), Buenos Aires, 2005.

BAMBIRRA, Vânia. El capitalismo dependiente latinoamericano. Santiago: Prensa Latinoamericana, 1972.

BARBOSA, N. e SOUZA, J. A. P. In: SADER, E. e GARCIA, M. A. Brasil, entre o passado e o futuro. São Paulo: Boitempo, 2010.

BONAVIDES, Paulo, & AMARAL, Roberto. Textos Políticos da História do Brasil. Brasília: Senado Federal/Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996. 9 vols.

BOITO JR., A. A burguesia no governo Lula. In: BASUALDO, E. M. e ARCEO, E. Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: Clacso, 2006, p. 237-264.

_____. Relações de classe na nova fase do neoliberalismo brasileiro. In: IV CONGRÈS MARX INTERNATIONAL. Universidade de Paris. Anais. Paris, set./out. 2004.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento Econômico Brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BRANDÃO, Gildo Marçal. A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista (1920/1964), São Paulo: Hucitec, 1997.

BRANDÃO, Octávio. Combates e batalhas: memórias. São Paulo: Afla-Omega, 1978.

CARDOSO, Fernando Henrique. O Modelo Político Brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1993.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina. São Paulo: Difel, 1970.

CARNEIRO, R. Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Unesp/IE – Unicamp, 2002.

CASO, Antônio. A esquerda armada no Brasil – 1967/71. Lisboa: Moraes Editores, 1976.

CEPÊDA, Vera Alves. Capital, trabalho e inteligência – modernização e desenvolvimento no pensamento de Celso Furtado. *Idéias|Campinas(SP)|n. 1|nova série|2º semestre (2010)*.

CEPÊDA, Vera Alves. Raízes do pensamento político de Celso Furtado. São Paulo: FFLCH/USP, dissertação de mestrado, 1998.

CEPEDA, Vera Alves. Inclusão, democracia e novo-desenvolvimentismo : um balanço histórico. *Estud. av.*, São Paulo, v. 26, n. 75, ago. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000200006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 01 set. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142012000200006>.

CEPÊDA, Vera Alves. O pensamento político de Celso Furtado - desenvolvimento e democracia. In: Luiz Carlos Bresser Pereira; José Marcio Rego. (Org.). *A grande esperança em Celso Furtado*. São Paulo: Editora 34, 2001, v. , p. 167-184.

CEPÊDA, Vera Alves. Revendo o lugar da democracia no processo de modernização – as matrizes da teoria furtadiana no desenvolvimento. In: *Teoria e Pesquisa. Revista de Ciências Sociais*. Vol XVII, n. 02 jul/dez 2008, p. 97-116.

COELHO, Marco Antônio Tavares. Herança de um sonho – As memórias de um comunista. Rio de Janeiro: Record, 2000.

COSTA, João Cruz. Contribuição à História das Idéias no Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio: 1956.

COX, Gary. *The efficient secret: The cabinet and the development of political parties in Victorian England*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

FERNANDES, F. Brasil, em compasso de espera. São Paulo: Hucitec, 1980.

FILGUEIRAS, L. A história do plano real: fundamentos, impactos e contradições. 3ª. edição. São Paulo: Boitempo, 2006. MODELO LIBERAL-PERIFÉRICO E BLOCO DE PODER | 69

_____. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, E. M. e ARCEO, E. *Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: Clacso, 2006, p. 179-206.

_____ e GONÇALVES, R. *A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007. GONÇALVES, R. *Economia política internacional. Fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

_____. *O Brasil e o comércio internacional: transformações e perspectivas*. São Paulo: Contexto, 2000.

FRANK, A. G. *Capitalism and development in Latin America*. New York: Monthly Review Press, 1969.

_____. *The development of underdevelopment*. *Monthly Review*, New York, v.18, n.4, p.17-31, 1966.

- FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- _____. A Pré-Revolução Brasileira. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- _____. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.
- _____. Dialética do Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- _____. Formação Econômica da América Latina. 2ª ed. São Paulo: C. Ed. Nacional, 1978.
- _____. Análise do modelo brasileiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- _____. A economia latino-americana. 2ª ed. São Paulo: C. Ed. Nacional, 1978.
- _____. O Brasil pós-"milagre". RJ, Paz e Terra, 1981
- _____. A nova dependência, dívida externa e monetarismo. RJ, Paz e Terra, 1982
- _____. Não à recessão e ao desemprego. RJ, Paz e Terra, 1983
- _____. Cultura e desenvolvimento em época de crise. RJ, Paz e Terra, 1984
- _____. A fantasia organizada. RJ, Paz e Terra, 1985
- _____. A fantasia desfeita. SP, Paz e Terra, 1989
- _____. Transformação e crise na economia mundial. SP, Paz e Terra, 1987
- _____. ABC da dívida externa. SP, Paz e Terra, 1989
- _____. Os ares do mundo. SP, Paz e Terra, 1991
- _____. Brasil, a construção interrompida. SP, Paz e Terra, 1992
- _____. O capitalismo global. SP, Paz e Terra, 1997
- _____. Obra autobiográfica, 3 vol.. SP, Paz e Terra, 1997
- _____. O longo amanhecer. SP, Paz e Terra, 1999
- _____. Raízes do subdesenvolvimento. RJ, Civilização Brasileira, 2001
- _____. Em busca de novo modelo. SP, Paz e Terra, 2002
- GORDON, Lincoln. Brazil's second chance – Em route toward the First World. Nova York: A Century Foundation Book, 2001.
- GURRIERI, Adolfo. La economía política de Raúl Prebisch, in: Adolfo Gurrieri (org.). La obra de Prebisch en la Cepal. México, Fondo de Cultura Económica, 1982, v. 1.
- HILFERDING, R. O capital financeiro. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- HOBBSAWM, Eric. A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- KEYNES, John Maynard. Teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo: Atlas, 1992.

- MALLORQUIN, Carlos. Celso Furtado: um retrato intelectual. Rio de Janeiro/São Paulo, Contraponto/Xamã, 2005.
- MANHEIM, Karl. Ideologia e utopia. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- MARINI, R. M. América latina: dependência e integração. São Paulo: Página Aberta, 1992.
- _____. Dialéctica de la dependencia. México: Ediciones Era, 1973.
- _____. Subdesarrollo y Revolución. México: Siglo XXI, 1969.
- MARTINS FILHO, João Roberto (org.). 1968 faz 30 anos. Campinas/São Paulo/São Carlos: Mercado de Letras/FAPESP/Editora da UFSCar, 1998.
- MERRIAM, Charles E. Que é Democracia? São Paulo: LEP, 1947.
- MICELI, Sergio. Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945). São Paulo: DIFEL, 1979.
- MOURÃO FILHO, Olympio. Memórias – A verdade de um revolucionário. 5ª ed. Porto Alegre: L&PM, 1978.
- MYRDAL, K. Gunnar. Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas. Rio de Janeiro: Saga, 1972.
- NURKSE, Ragnar. “A formação de capital em países subdesenvolvidos”, Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro: FGV, 1951.
- OLIVEIRA, F. A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil. In: BASUALDO, Ed. M. e Arceo, E. Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: Clacso, 2006, p. 265- 292.
- _____. Entrevista. Brasil de Fato, ed. 123, 7 a 13 jul, 2005.
- PARSONS, Talcott. The social system. Glencoe III: Free Press, 1951.
- _____. Sociedades: perspectivas evolutivas e comparativas. São Paulo: Pioneira, 1969.
- PEREIRA, L. C. Bresser. Desenvolvimento e Crise no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1972.
- POCHMANN, M. Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil. São Paulo: Cortez, 2010.
- PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v.3, n.3, p.47-111, 1949.
- PRESTES, Maria. Meu companheiro – 40 anos ao lado de Luiz Carlos Prestes. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo. Rio de Janeiro, Editorial Andes, 1954.
- _____. Mito e verdade da revolução brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- REIS FILHO, Daniel. Aarão. Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961 – 1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- RIBEIRO, Darcy. Confissões. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- RIDENTE, Marcelo. O fantasma da revolução brasileira. São Paulo: Ed. Unesp, 1993.
- RODRIGUEZ, Octávio. Teoria do subdesenvolvimento da Cepal. Rio de Janeiro, Forense, 1981.

SACHS, Ignacy. Um Projeto para o Brasil: A construção do mercado nacional como motor do desenvolvimento. In: Luiz Carlos Bresser Pereira; José Marcio Rego. (Org.). A grande esperança em Celso Furtado. São Paulo: Editora 34, 2001, v. , p. 45-52.

SANTOS, Wanderley Guilherme. Ordem Burguesa e Liberalismo Político, São Paulo, Duas Cidades, 1978.

_____. Sessenta e Quatro: anatomia da crise. São Paulo, Vértice, 1986.

SAUVY, Alfred. Mythologie de Notre Temps. Paris: Payot, 1966.

SCHLESINGER JR. The Alliance for Progress: A Retrospective. In: HELLMAN, R. G. & ROSENBAUM, H. J. (eds.). Latin America: The Search for a New International Role. New York : J. Wiley, 1975.

SICSÚ, J.; CASTELAR, A. (Org.) Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento. Brasília: Ipea, 2009.

SICSÚ, J. et al. (Org.) Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social. Barueri: Manole; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

SMITH, Adam. A riqueza das nações. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.

SOARES, Gláucio Ary Dillon e D'ARAÚJO, Maria Celina (orgs.). 21 anos de regime militar: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro, FGV, 1994.

SUNKEL, O. Política nacional de desarrollo y dependencia externa. In: BIANCHI, A. A. et al. América Latina: ensayos de interpretación económica. Santiago: Editorial Universitária, 1969. p.245-278.

TAVARES, Maria de Conceição. "O dissenso de Washington". In: Nogueira, Paulo Batista et alli. (1995). Em defesa do interesse nacional. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

TILLY, Chalés. Coerção, capital e estados europeus – 990-1992. São Paulo: Edusp, 1996.

Autor:

¹Fábio Luiz Cabral; Professor de História; Instituto Federal de São Paulo - Câmpus Avaré; Avenida Professor Celso Ferreira da Silva, 1333 – Avaré - SP; fabio.cabral@ifsp.edu.br.

Este artigo:
Recebido em: 02/2020
Aceito em: 04/2020

Como citar este artigo:

CABRAL, Fábio Luiz. O pensamento de Celso Furtado e o papel do Estado como agente do desenvolvimento: análise das realizações do segundo governo Lula (2007-2010). *Scientia Vitae*, v.9, n.28, p. 83-96, abr./jun. 2020.